

**PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO:  
CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE JOSÉ CARLOS  
MARIÁTEGUI**

*LATIN AMERICAN POLITICAL THOUGHT: JOSÉ CARLOS  
MARIÁTEGUI'S EPISTEMOLOGICAL CONTRIBUTIONS*

*EL PENSAMIENTO POLÍTICO LATINOAMERICANO:  
CONTRIBUCIONES EPISTEMOLÓGICAS DE JOSÉ CARLOS  
MARIÁTEGUI*

*Enndiel dos Santos Mendes<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A retomada dos saberes ancestrais, a construção de novas epistemologias e a percepção da própria realidade são instrumentos importantes para uma análise mais ampla dos fenômenos sociais e políticos de regiões que foram palco de processos coloniais. Nesse sentido, o presente artigo busca, por meio de uma revisão de literatura, expor as análises do pensador marxista José Carlos Mariátegui no que diz respeito ao Peru e a América Latina, para contribuir com o debate sobre a elaboração de novas epistemologias políticas nos estudos sociais. Traçamos a hipótese de que o marxista peruano fornece as bases fundamentais para a criação de uma possível epistemologia política latino-americana. Dessa maneira, com o auxílio de autores e autoras que se debruçam sobre a discussão epistemológica e marxista, investigaremos as condições históricas e políticas produzidas pela colonização em prol de fomentar o resgate dos saberes subalternos para o enfrentamento ao universalismo europeu em diversas instâncias do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização. Imperialismo. Marxismo. Saberes.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: [enndiel.mendes@unesp.br](mailto:enndiel.mendes@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5258-5677>.

**ABSTRACT:** The resumption of ancestral knowledge, the construction of new epistemologies and the perception of your own reality are important instruments for a broader analysis of the social and political phenomena of regions that were the scene of colonial processes. In this respect, this article seeks through a literature review expose the analyzes of the Marxist thinker José Carlos Mariátegui about Peru and Latin America, to contribute to the debate on the elaboration of new political epistemologies in social studies. We draw the hypothesis that the Peruvian Marxist provides the fundamental bases for the creation of a possible Latin American political epistemology. Seen in these terms, with the help of authors who focus on the epistemological and Marxist discussion, we will investigate the historical and political conditions produced by colonization to promote the rescue of subaltern acquaintance to face European universalism in various instances of knowledge.

**KEY WORDS:** Colonization. Imperialism. Marxism. Knowledge.

**RESUMEN:** El retorno a los saberes ancestrales, la construcción de nuevas epistemologías y la percepción de la propia realidad son instrumentos importantes para un análisis más amplio de los fenómenos sociales y políticos de regiones que fueron escenario de procesos coloniales. En este sentido, este artículo busca, a través de una revisión bibliográfica, exponer los análisis del pensador marxista José Carlos Mariátegui con respecto a Perú y América Latina para contribuir al debate sobre la elaboración de nuevas epistemologías políticas en los estudios sociales. Esbozamos la hipótesis de que el marxista peruano proporciona las bases fundamentales para la creación de una posible epistemología política latinoamericana. De esta manera, con la ayuda de autores que se centran en la discusión epistemológica y marxista, investigaremos las condiciones históricas y políticas producidas por la colonización a favor de promover el rescate de los saberes subalternos frente al universalismo europeo en diversas instancias del conocimiento.

**PALABRAS CLAVE:** Colonización. Imperialismo. Marxismo. Saberes

## INTRODUÇÃO

O processo de colonização foi um fenômeno que teve papel preponderante no desenvolvimento de diversos países. Ao longo da história os territórios colonizados estabeleceram uma variedade de dinâmicas sociais, econômicas e políticas que são

interpostas pela condição colonial que os atravessaram e ainda hoje possui reflexo em suas sociedades. Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005), no caso dos países latino-americanos, existe um legado eurocêntrico que inviabiliza essas comunidades e seus sujeitos a compreenderem o mundo e suas particularidades a partir da realidade em que vivem e das epistemes que lhes são próprias. O autor reforça a concepção ontológica de Aníbal Quijano (2004) na qual o fim do colonialismo na América-Latina não significou o fim da colonialidade, porque mesmo após os processos de independência das antigas colônias e a formação das soberanias nacionais, esses países nunca deixaram de sofrer todo tipo de interferência das potências europeias.

Para Edgardo Lander (2005), essa condição, está fundamentada na produção sucessiva de separação dos saberes sociais promovidos pela dominação europeia, que forçou o conhecimento do mundo a ser dividido entre a produção europeia e ocidental, considerada moderna e avançada, e os “Outros”, a parcela restante de saberes dos demais povos e culturas do planeta. Lander (2005) aborda as contribuições de Walter Mignolo (1995) e Aníbal Quijano (2004) para destacar que o início do colonialismo na América, desencadeou de forma simultânea, a organização colonial do mundo e a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário coletivo. Nos séculos seguintes à colonização, a narrativa europeia da universalidade organizou a totalidade do espaço e do tempo, levando em consideração a Europa como o centro geográfico do mundo e instituiu-se como um sistema radicalmente excludente (LANDER, 2005).

No seu livro *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana*, José Carlos Mariátegui (2008) nos apresenta uma contrapartida a essa centralidade do pensamento europeu. Pensar a realidade de países colonizados seria possível quando as concepções europeias e no caso do peruano, as do socialismo europeu, fossem transpostas. De acordo com o autor, através de um revisionismo da formação de países subalternizados podemos compreender a realidade social e chegar a uma transformação socialista. Para Erick Vargas da Silva (2017), a teoria de Mariátegui chegou aos países latino-americanos porque compreendeu o quadro de profunda exclusão social que as potências europeias os condicionavam. Entretanto, Silva (2017) destaca que para

Mariátegui, essa condição de exclusão de certa forma seria a força motriz para a mobilização das nações na construção de um socialismo indo-americano. Essa elaboração de uma nova organização política e social na região da Indo-América<sup>2</sup> percorreria a via revolucionária, conforme Mariátegui, o único caminho capaz de produzir mudanças históricas profundas (SILVA, 2017).

Nos termos de Boaventura de Sousa Santos<sup>3</sup> e Maria Paula Meneses (2013), uma Epistemologia “é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível” (SANTOS; MENESES, 2013, p. 16). Como a construção do conhecimento acontece a partir das relações entre práticas e atores sociais, é assim que se origina as diferentes epistemologias possíveis. Por isso, o presente artigo tem por objetivo analisar as ponderações do pensador marxista acerca do Peru e da América Latina, para contribuir com o debate acerca da elaboração de novas epistemologias políticas que compreendem a realidade dos países latino-americanos.

Destarte, consideramos Mariátegui como um dos expoentes para os movimentos de construção política e epistemológica na América Latina, pois o peruano, durante a expansão e consolidação do capitalismo moderno sob o controle das potências imperialistas, desenvolveu trabalhos importantíssimos acerca da realidade peruana, marxismo, socialismo e a questão indígena.

## 1. MARIÁTEGUI E O LEGADO COLONIAL NO PERU

A expansão europeia a partir do século XVI, deixou uma herança estrutural nas sociedades coloniais e colonizadoras, composta por hierarquias raciais,

<sup>2</sup> Haya de La Torre (2010) considera economicamente a Indo-América como uma dependência do sistema capitalista mundial. Seriam os continentes e povos cujo desenvolvimento foram formados pelos grandes países capitalistas nos processos coloniais imperialistas, e como resultado disso, ainda possuem uma relação de dependência com eles.

<sup>3</sup> Antes da elaboração deste artigo, não era de conhecimento público às denúncias de assédio contra o intelectual e acadêmico português Boaventura de Souza Santos. Portanto, apesar da contribuição de sua teoria, não compactuamos com o comportamento do qual vem sendo acusado.

epistemologias e concepções eurocêntricas exclusivistas (SANTOS, 2013). Em *Os condenados da Terra* (2005), um de seus trabalhos mais ilustres, o pensador antilhano e militante da independência argelina Frantz Fanon (2005) elucida o papel exercido pelo sistema colonial em nossas sociedades. Para o autor,

A dominação colonial, por ser total e simplificadora, logo deslocou, de modo notável, a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as relações jurídicas novas introduzidas pela potência ocupante, o afastamento para a periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a expropriação, a sujeição sistematizada dos homens e mulheres tornam possível essa obliteração cultural (FANON, 2005, p. 271).

Isso significa que o sistema de dominação europeu, através dos processos de colonização, levou à desestruturação e/ou apagamento de diversas sociedades e culturas. José Carlos Mariátegui expôs essa situação em suas obras ao analisar a história e desenvolvimento do seu país natal, o Peru. O autor apresenta um panorama analítico sobre a formação e desenvolvimento do país frente à expansão capitalista e, como pensador marxista, destaca que é no plano da economia no qual é possível perceber como o ordenamento da conquista europeia dividiu a história do país. Para Mariátegui (2008), a dimensão econômica no Peru foi marcada por fatos políticos e militares que desencadearam uma clara quebra de continuidade na sua formação. Antes da dominação espanhola o país possuía uma economia baseada no uso do solo e organizada pelas comunidades indígenas locais, mas os colonizadores destruíram esse sistema de produção. Segundo Mariátegui (2008), o colonizador rompeu o vínculo das comunidades e o trabalho indígena deixou de funcionar. Perseguiram os índios através de uma política de extermínio desse grupo étnico e uma economia que era de base feudal passou a ter elementos e características de uma sociedade escravista (MARIÁTEGUI, 2008).

Durante o período de independência e consolidação das repúblicas no Peru, os interesses da população indígena se mantiveram à mercê das necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental, com destaque para os interesses do Império

Britânico. Ao longo da história do Peru essa dinâmica se manteve, havendo alterações apenas na composição dos grupos imperialistas dominantes (MARIÁTEGUI, 2008). Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, predominava no Peru um capitalismo incipiente, baseado nas relações pré-capitalistas de produção e amplamente condicionado pela expansão do capital comercial imperialista (SILVA, 2017). Segundo Lander (2005), essas relações de produção capitalistas e o modo de vida liberal nas antigas colônias se consolidaram, quando adquiriram uma forma naturalizada na vida social. Todavia, para as gerações de indígenas, camponeses e trabalhadores que antes viviam da terra e depois foram expulsos delas e do acesso aos recursos naturais, a ruptura com os modos anteriores de vida e a imposição da disciplina do trabalho fabril, não foi um processo natural, foi extremamente violento (LANDER, 2005).

No que se refere ao período que antecede a Segunda Guerra Mundial, o Peru passava pela descoberta e comercialização de bens nacionais como o salitre e o guano. Porém, Mariátegui (2008) expressa que a Guerra do Pacífico e o pós Segunda Guerra Mundial significaram para o Peru a perda do domínio sobre essas matérias primas, a paralisação das nascentes forças produtivas, a pressão geral da produção e do comércio, a desvalorização da moeda nacional e a ruína do crédito externo. De acordo com o autor, no Peru, a mineração, o comércio, os transportes, estavam nas mãos do capital estrangeiro e os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a este, na produção de algodão e açúcar. O peruano aprofunda o argumento expondo que os entraves do desenvolvimento em seu país estavam associados a esse sistema econômico que conservou, na agricultura, uma organização semifeudal. Mariátegui (2008) observa que a aristocracia latifundiária detinha o poder sob os direitos feudais, a terra e por consequência o índio. Nos argumentos do autor, as ações dirigidas para a proteção do índio no Peru não puderam protegê-lo contra o feudalismo subsistente.

Erick Vargas da Silva (2017) pontua que o discurso nacionalista peruano era frágil, advindo de uma burguesia que buscava construir o sentimento de pertencimento peruano, mas nesse processo excluía os elementos indígenas. Esta perspectiva de nacionalismo peruano que não incorporava a matriz indígena do país, foi resultado da

política de dominação bem elaborada das potências imperialistas europeias. Para Silva (2017) e Mariátegui (2008), a burguesia peruana não é a mesma burguesia europeia, todavia, a mentalidade da classe peruana é uma mentalidade colonizada que se encontrava profundamente associada aos interesses das burguesias colonizadoras. Não possuíam um nacionalismo autêntico com alguma força social e sem esta condição, não haveria possibilidade política para enfrentamento ao imperialismo no Peru (SILVA, 2017). Nesse sentido, Mariátegui (2008) argumenta que a educação nacional no Peru, também não possui um espírito nacional próprio, já que a educação nacional é nitidamente marcada pelo espírito colonial e colonizador. O autor expõe que no Peru, “quando, em seus programas de educação pública, o Estado refere-se aos índios, não se refere a eles como peruanos iguais aos demais. Considera-os como uma raça inferior” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 116). Para Mariátegui (2008), o problema do índio perpassa diversos âmbitos da sociedade peruana, mas é nitidamente um problema da terra que o foi tomado pelo colonizador.

Isto posto, Mariátegui (2008) relata que o colonizador espanhol, deixou em seu país um conceito aristocrático, eclesiástico e literário do ensino, que fechava as portas da educação e das universidades aos mestiços. A cultura era um privilégio que o povo não tinha direito e, o ensino tinha como objetivo formar clérigos e doutores (MARIÁTEGUI, 2008). No âmbito da educação universitária peruana, o autor aponta para um culto das ciências humanas misturadas ao pensamento liberal, a velha aristocracia latifundiária e a jovem burguesia urbana. Em terras peruanas tanto conservadores quanto liberais viam as universidades apenas como fábricas de pessoas focadas em leis e articulações textuais. Segundo Mariátegui (2008), não havia no Peru estímulos para criar orientações democráticas sobre o acesso à cultura, muito menos acerca da inserção dos jovens no comércio ou na indústria devido a uma herança espanhola que era psicológica, intelectual e antes de tudo, econômica e social. O privilégio da educação no Peru, para Mariátegui (2008), persistia pela simples razão de que ainda era vivo o privilégio da riqueza e da raça.

Para além das fronteiras peruanas essa questão se mantém. Nos países latino-americanos o colonizador buscou catequizar, educar, domesticar o índio, apagar e

sobrepôr os saberes regionais e além, ter o domínio sobre sua terra. A colonização moldou tantas instâncias nas sociedades colonizadas que a percepção dos povos sobre si próprios é extremamente complexa.

## 2. O MARXISMO MARIÁTEGUIANO: CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Michael Löwy (2005) relata que Mariátegui teve seu primeiro contato com o marxismo em 1918, porém o peruano só se aprofundou nos estudos marxistas e aproximou-se do movimento comunista enquanto esteve na Europa e especificamente na Itália entre 1919 e 1922. Löwy (2005) categoriza o núcleo do pensamento marxista de Mariátegui como “romântico” por associar-se a uma percepção crítica das ilusões do progresso capitalista, sugerindo uma dialética utópico-revolucionária entre o passado pré-capitalista e o futuro socialista. Para o autor, o marxismo de Mariátegui é uma tentativa de superar de forma dialética o dualismo rígido das concepções europeias entre o universal e o particular e sua aceção acerca do socialismo está alicerçada no reencantamento do mundo pela ação revolucionária. Nesse sentido, a compreensão marxista de Mariátegui declara uma reestruturação e instrumentalização da teoria marxista para que esta consiga contemplar e direcionar o socialismo na América Latina.

De acordo com Ricardo Melgar Bao (2000), Mariátegui se distanciou da crença europeia e orientalista da Segunda e Terceira Internacional e propôs para a Indo-América um socialismo próprio, uma criação singular que o mundo europeu não era capaz de oferecer. O peruano entendia a apropriação do marxismo como o ponto de partida para a ocidentalização da nuestra américa, isso sem renunciar aos saberes, identidades e tradições milenares dos povos nacionais (BAO, 2000). O novo projeto civilizatório que Mariátegui pensava para o Peru, e conseqüentemente, para a América Latina deveria retomar as práticas solidárias das comunidades indígenas. Bao (2000) sublinha a argumentação de Mariátegui acerca da existência de uma grandeza ideológica e cultural no índio socialista, por isso a união entre as práticas coletivas dos

povos originários e as noções comunistas estariam ancoradas na ideia mítica de um socialismo indo-americano. Neste processo, certas práticas locais desapareceriam devido ao contato com o mundo ocidental e com o que ele teria a oferecer ao socialismo (BAO, 2000). O autor ainda acrescenta que esta é uma das características que corrobora com a associação de Mariátegui a um marxismo heterodoxo de tradição nacional e pondera que uma das dimensões-chaves do pensamento mariateguiano está na diversidade etnocultural dentro do socialismo (BAO, 2000).

A concepção marxista de José Carlos Mariátegui também foi marcada pela Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), organização criada em 1924 e liderada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre. Silva (2014) expõe que na década de 1920, a luta anti-imperialista na América Latina havia crescido significativamente e Mariátegui ingressaria na APRA em 1923, por compreender a necessidade de uma luta central contra o imperialismo na América Latina. Dessa maneira, Haya de la Torre e Mariátegui uniram forças para que além de construir uma luta unificada contra o imperialismo, fosse possível criar uma frente marxista supranacional na região. Para André Kaysel (2012), o marxismo de Mariátegui se firmou com os apontamentos de Haya de la Torre no que tange à questão regional e as pautas da Internacional Comunista, por visar desestruturar a hegemonia europeia acerca do conhecimento universal que tinha ramificações na teoria marxista. Todavia, Mariátegui e Haya de la Torre não se acertaram quanto à conversão da aliança em um partido capaz de disputar as eleições peruanas, motivo que Silva (2017) aponta como o estopim para a saída de Mariátegui da APRA.

Outra discordância entre Mariátegui e Haya de la Torre estava na divergência interpretativa acerca do imperialismo. Para Haya de la Torre (2010), assim como para Lenin, o imperialismo consiste na expressão máxima do sistema capitalista. Mas o aprista defende que o capitalismo e, portanto, o imperialismo, seria um passo necessário e inevitável no processo de desenvolvimento da civilização contemporânea. Segundo Haya de la Torre (2010), ainda que o capitalismo carregasse em si contradições essenciais, ele não poderia faltar na evolução de qualquer sociedade moderna por conta dos aparentes efeitos modernizantes, indispensáveis para o

desenvolvimento social.

Consequentemente, para que o capitalismo seja negado, abolido, superado, ele deve existir, amadurecer e envelhecer com maior ou menor aceleração, mas sua presença não pode ser retirada do quadro histórico atual do desenvolvimento humano. As conquistas estupendas que a ciência, as descobertas e a tecnologia conseguiram sobre a natureza a serviço do grande industrialismo e o trabalho emancipatório que a força social que molda e organiza seu sistema —o proletariado— são as heranças da era capitalista. Com eles e por meio deles, a estruturação de uma nova ordem econômica deve ser alcançada (HAYA DE LA TORRE, 2010, p. 34, tradução nossa).

No entanto, Mariátegui (1974) negaria qualquer aspecto positivo do imperialismo. Para o peruano, a expansão internacional do capital e o caráter desenvolvimentista estavam associadas aos interesses da pequena e grande burguesia nacional no Peru e na Indo-américa. Isso significava que não estavam dissociados dos interesses das potências imperialistas europeias. Dessa maneira, Kaysel (2012) sinaliza que a busca por emancipação nacional, reforma agrária, integração social e política, de acordo com os apontamentos marxistas de Mariátegui sobre os países latino-americanos, não aconteceria baseado em um aspecto nacionalista. O nacionalismo nessa região era pautado numa identidade burguesa, que foi historicamente construída pela associação entre o imperialismo e o latifúndio (MARIÁTEGUI, 2008; KAYSEL, 2012). Para Mariátegui (1974), a revolução socialista viria através de uma aliança entre o nascente proletariado industrial e o campesinato indígena. O peruano acreditava que a liderança revolucionária caberia aos operários e os indígenas seriam a base social, pois nenhuma revolução aconteceria no Peru, e até mesmo na Indo-américa, se não fosse levado em consideração o aspecto indígena da população (KAYSEL, 2012).

Segundo Mariátegui (1974) o proletariado, os negros e os indígenas são grupos majoritários presentes em todos os países e possuem duas especificidades em comum,

a questão racial e a condição de exploração. Isso “se estende por toda a América Latina, sem levar em conta as fronteiras artificiais mantidas pelas burguesias nacionais e pelos imperialistas” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 54). Do ponto de vista do autor, essas massas se mobilizariam coletivamente para compor o movimento revolucionário contra a burguesia nacional e o imperialismo. A superação da condição colonial e do imperialismo enraizado nas múltiplas dimensões sociais na América Latina viria através do governo dos trabalhadores e camponeses (MARIÁTEGUI, 1974). Em conclusão, o peruano defendia um marxismo anti-imperialista, revolucionário, que faria oposição ao sistema capitalista pela via do socialismo.

Nesse sentido, é possível inferir que a trajetória política e a construção de um marxismo de caráter peruano e latino-americano realizada por José Carlos Mariátegui, são aportes imprescindíveis para o esforço coletivo de diversos teóricos e teóricas decoloniais em busca de epistemologias políticas próprias, capazes de fornecer análises acerca da realidade dos países latino-americanos. Mariátegui fornece diversas contribuições para compreender a América Latina para além da sua originalidade cultural, composta por uma força transformadora de ideias políticas. Sendo assim, a possibilidade de superação do capitalismo, ao necessitar de um movimento mundial revolucionário, abre espaço para a rearticulação do que entendemos como o conhecimento científico e político. A retomada dos saberes ancestrais, a construção de novas epistemes e a percepção da própria realidade podem ser uma das vias a comporem esse movimento revolucionário.

### **3. SUPERAR O LEGADO COLONIAL: POR UMA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA**

No que se refere a síntese de Mariátegui entre a dimensão universal e particular da realidade peruana, Kaysel (2012) disserta que essa análise estava pautada na tentativa do autor peruano em superar os paradigmas do universalismo europeu. Mariátegui acreditava que a Indo-América vivia em um outro espaço/tempo, diferente da Europa (KAYSEL, 2012). Lander (2005) por sua vez, descreve que a perspectiva

universalista advinda da dominação europeia organiza culturas, povos e territórios do planeta em uma linha territorial e temporal específica, criando uma grande narrativa em que a Europa é e sempre será o centro. Essa acepção levou à construção discursiva entre Europa/Ocidente e o outro, e/o Oriente<sup>4</sup>. Gerou uma estrutura binária onde os saberes europeus possuem um lugar privilegiado por estarem associados ao poder imperial, enquanto os saberes subalternos, dos povos originários, dos “outros”, foram massivamente apagados (LANDER, 2005).

Mariátegui (2008) ponderou que, durante a colonização, enquanto a Europa vivenciava os ditames do capitalismo, a realidade econômica do Peru era o feudalismo. Posteriormente, essas diferenças entre as realidades econômicas se mantiveram, e o Peru passou a depender economicamente do capitalismo Europeu. Sendo assim, o espaço/tempo entre a Indo-américa e a Europa se constituíram de formas distintas. Mariátegui (2008) descreve então, que a doutrina marxista auxiliaria o Peru no processo de superação e entendimento da realidade econômica da região. Entretanto, se o marxismo era uma doutrina aplicável à realidade europeia, só seria capaz de aplicar-se à realidade indo-americana, caso compreendesse as dinâmicas pelas quais esse território foi submetido e se reorientasse enquanto uma ideologia política prática (MARIÁTEGUI, 2008; KAYSEL, 2012). Essa reflexão possibilitou que Mariátegui desenvolvesse um marxismo próprio, enraizado nas condições indo-americanas.

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2013) apresentam que são as diferenças, tensões ou contradições presentes nas experiências sociais que irão nos permitir desenvolver novas epistemologias. Isso está presente nos apontamentos de Mariátegui acerca da realidade peruana. Vemos em um sentido mais amplo, que as relações sociais, sejam elas culturais e/ou políticas, representam distribuições

<sup>4</sup> Edward Said (2007) explica que “o Oriente não é um fato inerte da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente tampouco está apenas ali. Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar de entidades históricas –, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra” (SAID, 2007, p.31).

desiguais de poder e no bojo da relação entre a Europa e a Indo-América, determinadas formas de conhecimento foram apagadas e/ou não se desenvolveram. Por isso, os autores afirmam que os conhecimentos rivais constituem as diferenças culturais e políticas das experiências sociais. Santos e Meneses (2013) pautam que qualquer conhecimento válido é sempre construído de forma contextual. Vemos a partir disso, que a colonização europeia transformou saberes e epistemologias que as competem, como as dominantes e universais, assentou-se entre a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo (SANTOS; MENESES, 2013).

O universalismo europeu, considerado como um movimento de intervenção epistemológica, se ancorou em uma articulação política, econômica e militar produzida pelo colonialismo e capitalismo, impostos aos povos e culturas subalternizados (SANTOS; MENESES, 2013). Para Mariátegui (2008), o problema do índio no Peru escancara esse caráter da dominação epistêmica europeia. Na sociedade peruana, corria a ideia de que o problema do índio fosse um problema de educação e claramente essa concepção não se sustentava, pelo fato de até mesmo a própria pedagogia levar em consideração que os fatores sociais e econômicos incidem sob a condição educacional dos indivíduos (MARIÁTEGUI, 2008). Mas, o imperialismo buscou de toda forma ser contrário à educação do índio na Indo-América. A manutenção da ignorância do índio, assim como o cultivo do alcoolismo, sustentava a condição de subalternidade desses indivíduos e reduzia a possibilidade de superação dessa condição (MARIÁTEGUI, 2008). Silva (2017) expõe que dentro da noção de totalidade complexa com que trabalhava Mariátegui (2008), percebia-se que o imperialismo fazia uso de estruturas de dominação tanto antigas quanto modernas, advindas da herança e das marcas de continuidade do colonialismo. Para Silva (2017) esta articulação conteria, contraditoriamente, elementos pré ou anticapitalista. Desta forma, sinaliza-se que existem brechas no sistema passíveis de serem exploradas, mesmo que desde os tempos de Mariátegui, estejamos frente a um quadro de solidez do imperialismo norte-centrado.

Retomando a discussão epistêmica de Santos e Meneses (2013), a crítica ao regime epistemológico universal europeu é hoje possível, devido a um conjunto de circunstâncias que permitem identificar a possibilidade e até a urgência de desenvolver alternativas epistemológicas. No entanto, ao mesmo tempo, esses movimentos revelam os diversos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização (SANTOS; MENESES, 2013). Em A cena contemporânea, Mariátegui (1972) percebe que a crise mundial é uma crise da democracia, dos seus métodos e das suas instituições. Assim, a organização da sociedade estaria em um processo de adaptação, mobilizados por movimentos de tentativa e erro, para levar a sociedade a um novo ideal de humanidade (MARIÁTEGUI, 1972). As alternativas à epistemologia dominante partem, em geral, desse princípio.

Vale ressaltar aqui a importância das considerações feitas por Santos e Meneses (2013) acerca da elaboração de um projeto epistêmico que sistematize o movimento de reconstrução dos saberes. Os autores conceituam Epistemologias do Sul como o,

o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (SOUSA; MENESES, 2013, p. 13).

Por isso, o Sul Global<sup>5</sup> se destacou na jornada pela retomada dos saberes originários e da elaboração de novos saberes próprios, rompendo com os paradigmas universais europeus e passaram a traçar uma rota coletiva e diversificada acerca do conhecimento, pensamento e formação política. Para Santos e Meneses (2013) o mundo é epistemologicamente diverso e essa diversidade representa a habilidade humana em atribuir sabedoria às experiências sociais. Os autores informam que essa

<sup>5</sup> Segundo Luciana Ballestrin (2020), “o imaginário em torno do Sul Global é identificado com a história das periferias, do “Oriente” e do Terceiro Mundo. A reafirmação da subalternidade não permite que a diferença colonial seja esquecida, sendo possível verificar posições de subalternidade em relação ao sistema internacional, à dinâmica econômica, às expressões culturais, às estruturas acadêmicas e aos sistemas de pensamento” (BALESTRIN, 2020, online).

pluralidade epistemológica reconhece os conhecimentos rivais como detentores de aspectos distintos de validade e isso desencadeia suposições mais amplas de ações no âmbito social. Porém, tal pluralidade não significa que há um relativismo epistemológico ou cultural. Significa que é possível, construir análises e avaliações mais complexas com base nos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo, estes produzidos pelos variados tipos de conhecimento (SOUSA; MENESES, 2013).

As Epistemologias do Sul visam renunciar a qualquer pensamento geral que não compreende a diversidade epistemológica do mundo e reconhece a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Para Sousa e Meneses (2013), em todo o mundo existirão saberes e conceitos associados ao conhecimento espiritual, material, social, entre outros, que podem servir para enriquecer análises múltiplas e, os critérios para validá-los deveriam passar pelo mesmo processo de revisionismo que se pretende para os tipos de conhecimento. De acordo com Lander (2012), é possível afirmar que nas ex-colônias e como em outras regiões que enfrentaram a sobreposição de seus saberes pelo universalismo europeu e pelo capitalismo, as ciências sociais serviram para produzir ferramentas de identificação de carências e deficiências que precisam ser superadas. Frente a esse cenário, a leitura de Mariátegui torna-se imprescindível. Demonstra que o marxismo e outras correntes teóricas podem oferecer uma leitura para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais.

Assim, os esforços coletivos de teóricos decoloniais em busca de uma epistemologia política de caráter decolonial, latino-americana, no presente artigo, tensiona a condição de colonialidade que perpassa diversos âmbitos das sociedades, conforme expresso por Quijano (2004). E Mariátegui enfatiza que a superação dessa condição acontecerá através da classe trabalhadora, do índio, do que entendemos como minorias subalternas. Podemos estruturar e reestruturar não só a revolução como as novas e velhas epistemes políticas. Como bem disse Mariátegui (2008), a esperança da revolução socialista não está no alfabeto branco, ou na civilização burguesa colonizada, mas sim no mito da revolução socialista que levanta a alma do índio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme construímos a argumentação ao longo do texto, fica nítida a existência de uma continuidade da missão civilizadora europeia que começou na ocupação das terras americanas. A consolidação de conhecimentos eurocêntricos universalizantes, legitimaram essa missão civilizadora em muitas sociedades. Como vimos, o marxista peruano José Carlos Mariátegui, nesse contexto, nos oferece um aporte teórico ímpar acerca da realidade peruana, mas que se estende ao caso latino-americano, para desafiar o caráter universal dos conhecimentos científicos eurocêntricos. Abordamos que o estudo dos saberes a partir de povos subalternos e de suas próprias experiências, contribui desta maneira para expor os entraves enfrentados por esses grupos e o que está em jogo na política que os envolve.

Nessa situação, o papel do intelectual e dos textos apresentados nessa pesquisa destina-se a reivindicar, afirmar, evidenciar e expor os valores de suas experiências e expressões culturais no que tange a retomada dos saberes e identidades coletivas. Traçamos então, as informações que possibilitassem compreender os diferentes recursos históricos que estruturaram a condição de subalternidade, como o capitalismo, colonização, independências, modernização, desenvolvimento, globalização e demais. Ressaltamos, que a partir do marxismo mariateguiano e das questões que o autor aborda sobre o problema do índio, da educação, da colonização e do capitalismo, a possibilidade de superação dessas condições poderiam surgir também por meio de um movimento mundial revolucionário, que tenha espaço para a rearticulação do que entendemos por conhecimento científico e político.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **O Sul Global como projeto político**. Horizontes ao Sul. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>>. Acesso em: 26 de set. 2022.

BAO, Ricardo Melgar. Mariátegui e a Ocidentalização da Política. **Revista Estudos de Sociologia**, v.5, n.9, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. **El antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

KAYSEL, André. Nação e (ou) socialismo: Mariátegui, Haya De La Torre e a Internacional Comunista. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 11, vol.1, pp. 52-71, 2012.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas: Colección Sur Sur**, CLACSO: Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.

\_\_\_\_\_, José Carlos. **La escena contemporánea**. Lima: Amauta, 1972.

\_\_\_\_\_, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality and Colonization**. Ann Arbor: Michigan University Press. 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas: Colección Sur Sur**, CLACSO: Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

QUIJANO, Aníbal. **El laberinto de América Latina**. ¿Hay otras salidas?. OSAL: Buenos Aires, CLACSO. n° 13. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Erick Vargas da. **A crítica ao Imperialismo na América Latina em José Carlos Mariátegui.** In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

*Recebido em 1 de maio de 2023*

*Aceito em 1 de junho de 2023*

*Editado em junho de 2023*